

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DE CUIDADO REALIZADO PELAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

THE INVISIBILITY OF THE CARE WORK CARRIED OUT BY BLACK WOMEN IN BRAZIL

Eliane Marques de Menezes Amicucci¹
Rosemeire dos Santos²
Kallynne Guimarães da Silva³
Rodrigo Mamédio de Lima⁴

RESUMO

O presente artigo foi apresentado na disciplina de Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia em tempos de Neoliberalismo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, através do recorte de raça e classe, este tem por objetivo apresentar subsídios para se compreender a invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres negras no Brasil. Compreende-se que esta invisibilidade acontece pela formação capitalista que se sustenta no racismo, patriarcado e na pobreza de grande parte da população. Este trabalho não remunerado é realizado majoritariamente por mulheres negras, uma vez que estas eram as pessoas que ocupavam os postos de trabalho mais aviltados na saída da escravidão e na entrada da liberdade no pós-abolição.

Palavras-chave: Trabalho de Cuidado. Mulheres Negras. Patriarcado. Capitalismo.

¹ Assistente Social. Docente da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – eliane.amicucci@uft.edu.br.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté - UNITAU, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, professora da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT, líder do Grupo de Pesquisa em Proteção Social e Famílias – GEPSSFAM/UFT, membra pesquisadora do Núcleo de Seguridade Social e Assistência Social da Pontifícia Universidade de São Paulo – NEPSAS/PUC-SP e compõe a Rede de Pesquisa de Família e Política Social – REFAPS/UFSC, rosemeire_santos@uft.edu.br.

³ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/Câmpus Miracema), graduada em Serviço Social na mesma Instituição (2023) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM. Bolsista da Capes.

⁴ Mestrando em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Serviço Social e Política Social e Graduado em Serviço Social, ambos pela UFT. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP/UFT). E-mail: rodrigouft@uft.edu.com. Bolsista da Capes.

ABSTRACT

This article is a requirement for the evaluation of the discipline of Gender, Sexuality and Race/Ethnicity in times of Neoliberalism, through the focus of race and class, which aims to present some subsidies to understand the invisibility of the care work performed by black women in Brazil. It is understood that this invisibility is due to the capitalist formation that is based on racism, patriarchy and the poverty of a large part of the population. This unpaid work is mostly performed by black women, since they were the people who occupied the most degraded jobs in the post-abolition period when they left slavery and entered freedom.

Keywords: Care work. Black women. Patriarchate. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, longe de esgotar o tema proposto, busca apresentar subsídios para compreender a invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres negras no Brasil. Compreende-se que esta condição se dá pela formação capitalista que se sustenta no racismo, patriarcado e pobreza de grande parte da população.

Historicamente, as mulheres foram instruídas a desempenhar papéis relacionados ao cuidado, sendo ensinadas a priorizar o bem-estar da família sobre suas próprias aspirações e necessidades individuais. Esse cenário se amplifica, quando adicionamos as camadas raciais e sociais, onde mulheres negras, o qual essa realidade é reforçada por expectativas sociais e culturais arraigadas que atribuem à mulher a responsabilidade de cuidar dos membros da família, ao mesmo tempo em que gerenciam as tarefas domésticas e o trabalho laboral para prover recursos necessários para a sobrevivência da família.

Diante do exposto, o artigo está dividido em duas partes. O primeiro se desdobra em resgatar a formação sócio-histórica brasileira, a fim de compreender como o racismo e o patriarcado corroboram para a precarização e a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres negras no Brasil. Segundo Ariza (2018), as domésticas de hoje são majoritariamente mulheres negras, uma vez que estas eram as pessoas que ocupavam os postos de trabalho mais aviltados na saída da escravidão e na entrada da liberdade no pós-abolição.

A segunda parte, através do recorte de raça e classe, busca apresentar as condições das mulheres negras no trabalho de cuidado no contexto atual, uma vez que ao evidenciar a condição da mulher e o trabalho de cuidado no Brasil, observa-se que a estruturação da

sociedade capitalista e a divisão sexual do trabalho atribui as funções de cuidado e trabalho doméstico – remunerado ou não – às mulheres. E, realizar o recorte de raça é fundamental, tendo em vista que pesquisas realizadas pela OIT (2017)⁵, evidencia que se organizasse encontro

de todos os seus trabalhadores domésticos, o Brasil reuniria uma população maior que a da Dinamarca, composta majoritariamente por mulheres negras.

Assim, diante da exposição introdutória, partimos para a discussão da primeira parte que faz um recorte sobre a formação sócio-histórica articulando gênero e raça no contexto do capitalismo brasileiro, como veremos a partir de agora.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: SUBSÍDIOS PARA PENSAR O GÊNERO E RAÇA NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Brasil, meu nego. Deixa eu te contar. A história que a história não conta. O avesso do mesmo lugar. Na luta é que a gente se encontra [...] com versos que o livro apagou. Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento. Tem sangue retinto pisado. Atrás do herói emoldurado Mulheres, tamoios, mulatos. Eu quero um país que não está no retrato. [...] Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês [...] (MANGUEIRA, 2019a).

O samba enredo “História pra Ninar Gente Grande” da campeã do carnaval de 2019, citado acima busca provocar um olhar crítico a formação sócio-histórica brasileira, a fim de se compreender como este, resultou em um país extremamente explorado e desigual, com práticas conservadoras, racistas, machistas e patriarcais. O trecho “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”, nos provoca a ouvir as milhares de mulheres brasileiras que sofrem cotidianamente com as mais variadas formas de opressão, e quando se faz o recorte de raça, observa-se as mulheres negras historicamente ocupa cargos extremamente precários e mal remunerados, herdados do período colonial.

Ao se resgatar o passado colonial, pontuamos que o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil, demandou para os ‘colonizadores’ mais mão-de-obra, preferencialmente gratuita, para que os lucros fossem totais. Nesse sentido, a criação da ideia de raça, que com distinção e discriminação de raça, coloca-se o discurso sobre a existência de povos “atrasados”

⁵ Informações compartilhadas do site <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. (2017), em 11/05/2024.

e “inferiores”, o que resultou num processo de imposição de submissão e dominação de um continente inteiro. Estima-se que 4 milhões de africanos foram sequestrados e trazidos à força para o Brasil. O grande fato é que a formação econômica brasileira só foi possível porque se apropriaram não só da força de trabalho, mas dos corpos, cultura e crença das populações africanas escravizadas.

Apesar da escravidão ter sido “abolida” em 1888, a população recém liberta não usufruiu dos mesmos direitos que os brancos. Segundo as autoras Almeida e Alcantara (2019), a população negra não é incorporada ao mercado de trabalho formal e, isso resulta na exclusão dos direitos fundamentais desta população.

O racismo enquanto estrutural, não viabilizou aos recém “libertos” condições para que ele se promovesse na sociedade que estava a ser formada. Após a abolição, os negros, buscaram formas de conseguirem autonomia e “enquadramento” no capitalismo brasileiro. Porém, o mercado e a sociedade que se mantiveram conservadores e racistas, não abriram espaços para a participação do negro no meio social. Assim, devido à falta de meios de subsistência e ao

abandono por parte do Estado, a população foi forçada a se afastar dos centros urbanos, resultando na formação de comunidades periféricas, favelas, entre outros locais desprovidos das condições básicas necessárias.

Ao tratarmos das mulheres negras, observamos que estas quando “libertas”, foram integradas nos trabalhos domésticos nas casas de seus antigos senhores, trabalhando para os brancos, continuando na posição de submissão e condições de tratamento precários. A mulher provia o sustento da família, pois os homens não eram aceitos no mercado de trabalho. E ainda com o processo de branqueamento da população brasileira em curso, os trabalhadores europeus, ocupavam os postos de trabalhos nos espaços urbanos.

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. [...] Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e cansaço (GONZALEZ, 2018, p. 39).

Assim, o trabalho doméstico foi depois da “abolição” da escravidão por muitos anos, a única fonte de remuneração para as mulheres negras, uma vez que este trabalho não exigia

nenhum tipo de qualificação e o cuidado com a casa, com as crianças, já que estavam enraizados em nossa sociedade como um trabalho a ser realizado por mulheres, em especial as não brancas. Por isso, ao pensarmos no tema deste trabalho, compreendemos que a profunda desigualdade na sociedade que não foi resolvida e o racismo estrutural, nos levam a um quadro contemporâneo que usa racionalmente o trabalho doméstico porque ele é mal remunerado e, até recentemente, não tinha quaisquer direitos reconhecidos e quando pensamos em quem exerce esse trabalho, temos a mulheres negras ocupando esses espaços.

Diante disso, pensar o período colonial e escravista brasileiro é sem dúvida necessário, para que se possa compreender como o trabalho de cuidado desempenhado por mulheres negras

são desvalorizados nesse contexto. É importante ressaltar, que o passado colonial ainda se faz presente na contemporaneidade, através da apropriação, opressão e exploração do trabalho da população negra, no sentido de que, a história conservadora e ultrapassada da elite brasileira e das relações de classe, não romperam com a herança histórica na sociabilidade, apesar das leis configuradas na Constituição Federal de 1988.

Após estas as considerações acima apresentadas mesmo que sumariamente, buscamos neste momento, traçar algumas reflexões a respeito da condição da mulher negra no trabalho de cuidado no contexto atual brasileiro.

3 A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA NO TRABALHO DE CUIDADO NO CONTEXTO ATUAL

Pensar sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado é extremamente necessário, uma vez que esta atividade tende a ser atribuída às mulheres e naturalizada historicamente de forma a aparecer como exclusiva e constitutiva da condição feminina. As mulheres, ainda que exerçam atividades profissionais não vinculadas ao ato de cuidar, impõem-se a responsabilidade pelo cuidado de seus familiares.

Iniciamos esta discussão trazendo algumas informações que aos olhos de quem tem realizado pesquisas, estudando e vivendo esta realidade, não parece nenhuma surpresa. Ou seja, não chega ser assustador o fato de as mulheres, não apenas a nível Brasil, como também mundial, exercerem um papel de inferioridade, de trabalho precarizado, de dupla, tripla jornada de trabalho, e, na maioria das vezes, um trabalho não remunerado.

As desigualdades de gênero se reduziram muito no mercado de trabalho no Brasil nas últimas seis décadas, embora ainda exista segregação ocupacional e discriminação salarial. Dessa forma, ainda falta avançar para se chegar a uma situação de equidade e de justiça na distribuição do tempo entre atividades produtivas e reprodutivas (ALVES, 2017, p. 39).

Todo esse contexto de subalternidade da mulher no mercado de trabalho e na política, por exemplo, torna-se preocupante e aos olhos da sociedade burguesa, patriarcal, machista, racista torna-se natural. Lamentavelmente, para que as mulheres pudessem ter vários direitos que hoje tem, muitas tiveram que morrer, derramar sangue, ser presas, violentadas etc.

Toda essa discussão quando pautada no campo vivido pela mulher negra, torna-se mais preocupante ainda. Principalmente, quando observamos o mercado de trabalho para estas mulheres, que muitas vezes, a taxa de desemprego é altíssima, assim como a informalidade, se comparado aos demais grupos demográficos.

A invisibilidade do trabalho de cuidado das mulheres negras no contexto brasileiro é tão preocupante quanto a falta de debates e de políticas públicas que atendam mais de perto esse público, que desde o seu princípio, vem sofrendo na pele as mais diversas formas de preconceitos, desafiando inclusive, a luta diária. A luta por igualdade de oportunidades e representatividade é tão importante quanto necessária no cenário atual no Brasil.

Apenas a título de informação, compartilhamos das palavras de Feijó (2022, p. 1) quando ela enfatiza que “as condições socioeconômicas das mulheres negras brasileiras ainda são piores do que as dos demais grupos, colocando-as em uma situação de maior vulnerabilidade”. De fato, não chega ser novidade, mas, é importante continuar fazendo esse debate no sentido de tecermos a crítica ao modelo de produção capitalista, a precarização do trabalho feminino, sobretudo das mulheres negras, que no Brasil possui uma parcela significativa de autodeclarada negra (preta ou parda).

“As mulheres negras têm enfrentado grandes desafios para se inserirem no mercado de trabalho. Esses desafios estão intrinsecamente ligados a questões histórico-culturais, normas sociais e background socioeconômico” (FEIJÓ, 2022, p. 1). Como pontuamos anteriormente, e compartilhamos das palavras da autora, de fato os desafios são de longe fatores que contribuem para a invisibilidade do trabalho e cuidado das mulheres negras no Brasil. São questões, e aqui não podemos deixar de mencionar, associadas às desigualdades de gênero e de raça.

Outro fato importante e que além de necessário ser pensado e discutido, diz respeito ao cuidado que as mulheres exercem no dia a dia, seja cuidando das crianças, idosos e pessoas

doentes. Cuidados que na quase totalidade são exercidos por mulheres negras, pobres, e, que quando remuneradas, ficam aquém do desejado. Muitas vezes tal cuidado assume uma jornada de trabalho longa e sem remuneração. Além de não ser remunerado, ele torna-se invisível em muitas sociedades e não é diferente no contexto brasileiro.

As mulheres como um todo, frequentemente enfrentam uma carga desproporcional de responsabilidades no trabalho de cuidado, o que impossibilita muitas vezes, acender ao mercado

de trabalho formal, mesmo que este seja um obstáculo na vida das mulheres, sobretudo na vida das mulheres negras, que há décadas sofrem os preconceitos possíveis e enfrentam as desigualdades de gênero e de raça.

Não podemos jamais reforçar a ideia de que o papel da mulher é naturalmente estabelecido ao cuidado e às atividades domésticas, muito menos de que ela é inferior ou menos capacitada para os diferentes tipos de trabalho exercido por homens. Por mais que os estereótipos de gênero carreguem essa imagem, cabe a nós pesquisadores, profissionais e a sociedade como um todo, desmistificarmos-la e trazer para o campo do debate, a importância que as mulheres assumem não apenas na política como na divisão social do trabalho, seja ela branca ou negra.

Todavia, essa luta por reconhecimento e importância na sociedade brasileira vem com maior relevância a partir da década de 1960 no Brasil, quando na oportunidade as mulheres passaram a vislumbrar e lutar por direitos ao trabalho, ao voto, a participação política, e, claro, ao papel reprodutor.

No contexto de lutas e resistências das mulheres ao longo da história, não podemos negar os ganhos que elas conquistaram desde o final da República Velha (1889-1930), período que iniciava uma sociedade urbano-industrial, com expansão dos ideais feministas com a luta por igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos na família e na sociedade. As mulheres ao longo da história.

Obtiveram o direito de voto em 1932; passaram a ser maioria da população a partir da década de 1940; atingiram a maioria do eleitorado em 1998; reduziram as taxas de mortalidade; elevaram a esperança de vida e já vivem, em média, sete anos acima da média masculina; ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais; aumentaram as taxas de participação no mercado de trabalho; diminuíram os diferenciais salariais e são maioria da população economicamente ativa (PEA) com mais de onze anos de estudo. [...] (ALVES, 2017, p. 15-16).

No tocante ao trabalho de cuidado, sobretudo, pelas mulheres negras no contexto brasileiro, não podemos deixar de destacar que muitas vezes leva elas a interromper ou reduzir

suas carreiras profissionais, resultando em menor progressão na hierarquia corporativa e conseqüentemente, em menores oportunidades de avanço econômico. Tal fato mostra que no contexto brasileiro, tal realidade é pujante e ao mesmo tempo mostra que a falta de políticas públicas voltadas a este público, pode agravar ainda mais os desafios que circunscrevem este debate, principalmente, quando força as mulheres a fazerem escolhas difíceis entre suas responsabilidades de cuidado e suas carreiras.

Mas, e quando o trabalho de cuidado da mulher negra é remunerado, ele é valorizado? De forma alguma. Sobre essa discussão, como frisamos anteriormente, fica aquém do desejado. Além do trabalho ser mal remunerado, se comparado com outras profissões que exigem habilidades semelhantes, ele perpetua a desigualdade de gênero e reforça a necessidade do enfrentamento por políticas públicas e da valorização da mulher nos diferentes ambientes de trabalho.

Cabe ressaltar que a implementação de políticas que apoiem a igualdade de gênero no trabalho, como por exemplo, a licença parental remunerada, creches acessíveis e flexibilidade no ambiente de trabalho, pode contribuir diretamente para aliviar a carga sobre as mulheres no trabalho de cuidado, mesmo que este seja realizado por mulheres negras, em vulnerabilidade social e econômica. Muito já foi conquistado pela brava luta das mulheres, mas, não o suficiente para afirmarmos que existe igualdade na divisão social e técnica do trabalho.

A sobrecarga das mulheres seja com as atividades domésticas, com os cuidados ou no mercado de trabalho, ainda são irrisórios e invisíveis. Mudanças sociais e culturais são fatores importantes para criarmos mudanças significativas e políticas públicas inclusivas que sejam capazes de valorizar a importância da mulher nos mais diferentes espaços. Essa cultura machista precisa ser repensada e debatida, considerando que ela vem sendo reproduzida desde os primórdios da humanidade, e, em pleno século XXI, não cabe ficar reforçando esses estereótipos de gênero.

Como proposto no debate deste artigo, é necessário que reflitamos sobre os papéis e importância que as mulheres exercem no dia a dia, na sobrecarga que carregam tendo como pano de fundo seus afazeres diários. Essa carga, cabe pontuar, frequentemente invisível e desvalorizada, perpetua uma divisão desigual do trabalho de cuidado, impondo às mulheres limitações no âmbito do mercado de trabalho. Bem diferente do papel que o homem exerce, muitas vezes, sem a mínima preocupação com os afazeres domésticos, do cuidado com a família e claro, com a remuneração recebida por sua venda da força de trabalho.

Nesse contexto, abordar a condição da mulher no trabalho de cuidado não é apenas uma questão de justiça social, mas também um passo importante para promover uma sociedade mais

igualitária e inclusiva. Uma sociedade que pense e reflita que tanto as mulheres, independente do grupo social que pertença, todas merecem respeito, oportunidades e valorização.

No contexto atual, a condição da mulher negra no trabalho de cuidado, por exemplo, é marcada por desafios que refletem as interseções entre gênero e raça. Não obstante, sabemos que as mulheres, historicamente, têm desempenhado papéis fundamentais no cuidado de familiares e comunidades, seja no âmbito doméstico ou profissional, mas, que muitas vezes, tal trabalho torna-se invisível e inadequadamente valorizado, como já pontuamos ao longo deste trabalho.

Além da discriminação racial e de gênero, as mulheres negras podem enfrentar condições precárias de trabalho, baixa remuneração e claro, falta de reconhecimento e ascensão profissional. Como reforçamos anteriormente, a luta por melhores condições de trabalho não se dá apenas no âmbito feminino. Ela perpassa o âmbito masculino, sobretudo machista, preconceituoso e que reforça os estereótipos de gênero e raça. Evoluir cultural e socialmente é necessário, principalmente, no contexto brasileiro que perpetua as desigualdades sociais e naturaliza o papel da mulher como cuidadoras do lar, das famílias e das atividades domésticas.

Neste sentido, e compartilhando das autoras Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos (2021), no que tange o trabalho doméstico, as mulheres negras e pobres, com baixa escolaridade, são as que assumem tal atividade nas famílias com maior poder aquisitivo. Tal fato, faz com que as mulheres brancas e com poder aquisitivo, exerçam um trabalho formal e remunerado, além de desfrutarem de lazer e de condições de cuidado mínimo em casa, com os filhos, enfim, com a família, pois, elas podem pagar para outras cuidarem, principalmente, negras, pobres, sem estudos e sem qualificação profissional. Outro fato que as autoras destacam diante dessa força de trabalho doméstica e de cuidados, é a desresponsabilização dos homens para com os cuidados domésticos e atividades similares.

Como falamos anteriormente, os homens na sua soberania de poder machista e de superioridade, pouco ou quase nada contribui em seus lares com as atividades domésticas e de cuidados. Primeiro, eles acham que o fato de já terem passado o dia trabalhando em suas atividades remuneradas, acaba tirando a responsabilidade dos afazeres em casa, colocando

sobre a mulher, seja ela mal remunerada ou não remunerada, a responsável pelas demandas da casa. Neste sentido, as autoras trazem que: “Não são poucos os estudos, as reflexões e as denúncias que apontam para a precariedade do trabalho doméstico no Brasil. A vulnerabilidade desta categoria tem, na falta de proteção social, uma de suas marcas mais fortes e permanentes” (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2021, p. 194).

De fato, a precarização do trabalho da mulher negra, pobre e sem escolaridade é um tema que permanece preocupante em pleno século XXI, mesmo já tendo avançado muito no sentido de garantir alguns poucos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. Talvez, seja pouco, mas, é importante pensarmos que essa luta e resistência, historicamente tem um passado de conquistas recente, mas, promissor às mulheres que outrora eram exploradas e invisibilizadas.

Muitas vezes, a falta de reconhecimento do trabalho de cuidado, enquanto trabalho e a informalidade tornam as domésticas suscetíveis a situações que vão desde a exploração, como o trabalho escravo tão recorrente na história do Brasil, tendo as mulheres negras, pobres e sem escolaridade, as presas fáceis desta manipulação de poder. Com isso, a falta de visibilidade da categoria acaba implicando na subnotificação de casos, influenciando também na falta de direitos e aumento das desigualdades raciais e de gênero.

O fato de as mulheres viverem essa sobrecarga de trabalho, na maior parte do tempo não remunerado, acaba influenciando na sua saúde mental, pois não tem tempo para o descanso, para o lazer. São extensas horas de atividades domésticas que lhes restam poucas horas do dia para viver para si e inclusive, para se dedicar ao trabalho remunerado e formal. Por sua vez, os homens cuidam da construção e dos reparos da casa, do corte do gramado, tarefas que geralmente, não tem a necessidade de ficar reproduzindo no dia a dia.

Como pontuamos ao longo deste capítulo, algumas questões podem justificar a naturalização arranjada do papel das mulheres na sociedade, mas, que a nosso ver carece de uma crítica persistente dado o fato de que desde sempre as mulheres são vistas e tratadas como uma categoria inferior e que tem como responsabilidade a reprodução da vida e o cuidado com as atividades domésticas. Paralelamente a essa discussão trazemos as contribuições de Falquet (2008) quando ela pontua que,

As análises da internacionalização da reprodução social tendem a manter uma separação analítica entre as três grandes tarefas geralmente devolvidas às mulheres: o trabalho de manutenção dos membros do grupo familiar, o trabalho sexual e o

trabalho de criação das crianças. [...] (FALQUET, 2008, p. 129).

Como vimos acima, algumas discussões tentam direcionar o papel da mulher na sociedade, como única responsável pelos afazeres e cuidados domésticos e familiares. Tais defesas vêm sendo questionadas e problematizadas ao longo das últimas décadas, principalmente, pelo movimento feminista que tem levantado uma bandeira de luta muito interessante no sentido de defender a mulher onde ela quiser, fazendo o que ela quiser e assim, criando mecanismos de resistência contra um sistema opressor, misógino, machista, preconceituoso, racista e sexista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de encerrarmos tal discussão, é importante destacar que as contribuições até aqui vêm no sentido de tecermos as nossas críticas a esse sistema opressor, machista, sexista e claro, que deslegitima a importância e o papel da mulher no cuidado e nos diferentes espaços sociocupacionais. A luta diária das mulheres trabalhadoras ou não, não pode ser reduzida à mera reprodução da vida, muito menos nas explorações da mão de obra destas guerreiras, sobretudo, as mulheres negras que sofrem na pele todos os preconceitos desde a escravidão. Considerada a carne mais barata do mercado.

Todavia, cabe a nós enquanto pesquisadores e pesquisadoras buscar tecer um debate crítico sobre tais desigualdades de gênero, raça e claro, sobre a invisibilidade da mulher negra no mercado de trabalho. Portanto, este trabalho que aqui se apresenta é de longe o primeiro passo para que possamos pensar e refletir sobre essa temática tão necessária em pleno século XXI, onde as desigualdades sociais, econômicas e culturais estão tão presentes no seio da sociedade capitalista.

É importante frisarmos que a desigualdade de gênero tem sido um tema amplamente discutido nas últimas décadas, mas sabemos que há um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres. Sabemos que esta luta é constante e necessária no contexto brasileiro, principalmente se consideramos as múltiplas formas de opressão e discriminação que afetam as mulheres negras, tendo como pano de fundo o debate de gênero e raça.

Portanto, o trabalho que aqui se apresenta é considerado apenas um primeiro passo destes pesquisadores para iniciar uma reflexão mais ampla e profunda sobre essas questões

que são pertinentes no contexto brasileiro. Todavia, é importante envolver diferentes atores e setores da sociedade para promover mudanças efetivas e combater as desigualdades de gênero, raça e a invisibilidade da mulher negra no cuidado de trabalho e nos diferentes espaços que ela queira ocupar.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. (et. al). Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In: BLAY, Eva (org.) 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil, Chile. São Paulo: Fapesp, 2017.*

ALMEIDA, M. da S.; ALCANTARA, I. L. S. A questão étnico-racial na agenda das entidades de representação dos (as) assistentes sociais: breve panorama atual. *In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.*

ARIZA, Marília B. A. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. *In: Revista Brasileira de História (IMPRESSO), v. 38, p. 151-171, 2018.*

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *In: Mediações. Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. – jul./dez. 2008.*

FEIJÓ, J. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho.** Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>>. Acessado em 24/12/2023.

GONZALES, L. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

SEM AUTOR. **Mangueira - Samba-Enredo 2019.** Letras, 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>>. Acessado em: 20/12/2023.

VASCONCELOS, M.; TOKARSKI, C.; PINHEIRO, L. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *In: Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA; OIT, 2021. Disponível em <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/--ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_838619.pdf>. Acessado em 24/12/2023.*